

Decisão

Requerimento de prorrogação do prazo de pronúncia relativo ao sentido provável de decisão relativo aos inventários do património afeto à concessão dos CTT - Correios de Portugal, S.A. - Anos 2014 e 2015

1. A 20.07.2017, a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) aprovou o sentido provável de decisão (SPD) relativo aos inventários do património afeto à concessão dos CTT - Correios de Portugal, S.A. - Anos 2014 e 2015, e fixou um prazo de 20 dias úteis para os CTT, querendo, se pronunciarem, por escrito, nos termos e para os efeitos dos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 4 da Base XIV das Bases da concessão do serviço postal universal.
2. Os CTT foram notificados do referido SPD em 21.07.2017.
3. Através de comunicação de 27.07.2017, os CTT vieram requerer a prorrogação do prazo de pronúncia dos CTT por mais 15 dias úteis, a acrescer ao termo do prazo inicialmente concedido (20 dias úteis), fundamentando o pedido de prorrogação no período de férias de verão e o facto de a matéria em análise necessitar, pela sua abrangência e complexidade, de parecer técnico de diversas áreas da empresa.
4. Atendendo ao argumento apresentado pelos CTT, nomeadamente de que a matéria em análise necessita, pela sua abrangência e complexidade, de parecer técnico de diversas áreas da empresa, o Conselho de Administração, ao abrigo da alínea q) do n.º 1 do artigo 26.º dos seus Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 39/2015, de 16 de março, delibera:
 - a. Prorrogar o prazo de audiência prévia dos CTT, a que foi submetido o SPD de 20.07.2017 relativo aos inventários do património afeto à concessão dos CTT - Correios de Portugal, S.A. - Anos 2014 e 2015, por um período de 15 dias úteis a acrescer ao termo do prazo de 20 dias úteis inicialmente concedido;
 - b. Notificar os CTT da presente decisão, devendo a mesma ser devidamente publicitada no sítio da ANACOM na Internet.